

ANDRÉ MACHADO **MAYA**

Mestre e Doutorando em Ciências Criminais pela PUCRS

Especialista em Ciências Penais pela PUCRS e em Direito do Estado pelo UniRitter

Advogado licenciado e Assessor de Desembargador junto à 3ª Câmara Criminal do TJRS

Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal – IBRASPP



IMPARCIALIDADE E PROCESSO PENAL

DA PREVENÇÃO DA COMPETÊNCIA
AO JUIZ DE GARANTIAS

SEGUNDA EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Primeira edição publicada pela Lumen Juris; 2. ed. 2014.

Capa: Leonardo Hermano

Projeto gráfico e composição: CriFer – Serviços em Textos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maya, André Machado

Imparcialidade e processo penal : da prevenção da
competência ao juiz de garantias / André Machado Maya. --

2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9213-8

ISBN 978-85-224-9214-5 (ePDF)

1. Brasil – Direito constitucional 2. Garantias
constitucionais 3. Garantias constitucionais – Brasil 4. Juízes –
Brasil 5. Processo penal 6. Processo penal – Brasil I. Título.

14-07023

CDU-343.1(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Garantias constitucionais : Processo penal 343.1(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução
total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

Sumário

Apresentação à 2ª edição, xi

Prefácio – Prof. Dr. Nereu José Giacomolli, xiii

Prefácio – Prof. Dr. Antonio Scarance Fernandes, xvii

Introdução, 1

1 A Jurisdição no Estado de Direito, 7

1.1 Do Estado Natural ao Estado Moderno: a influência dos movimentos racionalistas no desenvolvimento da concepção atual de jurisdição, 8

1.2 Jurisdição: concepção e notas essenciais, 20

1.2.1 Princípio-garantia da unidade da jurisdição, 29

1.2.2 Princípio-garantia da exclusividade da jurisdição, 32

1.2.2.1 A exclusividade da jurisdição criminal como garantia fundamental, 34

1.2.3 Princípio-garantia da independência jurisdicional, 36

2 A Imparcialidade como Elemento Essencial da Função Jurisdicional, 44

2.1 Imparcialidade e neutralidade: uma diferenciação necessária, 48

2.2 Imparcialidade e *imparcialidad*: o contributo de Werner Goldschmidt à concepção de imparcialidade, 62

2.3 A objetivação da imparcialidade: instrumentos processuais de proteção a um julgamento imparcial e a jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 71

- 2.3.1 Regras protetivas da imparcialidade: incompatibilidade, impedimento e suspeição, 75
 - 2.3.1.1 O sistema processual alemão, 75
 - 2.3.1.2 O sistema processual italiano, 78
 - 2.3.1.3 O sistema processual espanhol, 80
 - 2.3.1.4 O sistema processual brasileiro, 83
- 2.3.2 O direito a um julgamento imparcial na jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 92
- 2.4 Delimitação conceitual: a imparcialidade como princípio supremo do processo, 99

3 A Prevenção como Regra de Exclusão da Competência no Processo Penal, 104

- 3.1 A regra da prevenção na legislação ordinária: o Código de Processo Penal, 109
 - 3.1.1 Os atos decisórios e a distribuição como critérios de identificação da prevenção, 115
- 3.2 A regra da prevenção nos regimentos internos dos tribunais, 120
- 3.3 O tratamento dispensado ao instituto da prevenção pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 126
 - 3.3.1 A regra da prevenção no ordenamento jurídico espanhol, 139
 - 3.3.2 A regra da prevenção na Itália, 152
- 3.4 Hipóteses de contaminação judicial pela prevenção no Processo Penal brasileiro, 165
 - 3.4.1 Os precedentes do Supremo Tribunal Federal, 180
 - 3.4.2 Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça, 190

4 O Juiz de Garantias, 194

- 4.1 O juizado de garantias como perspectiva de redução de danos, 194
- 4.2 O Projeto de Lei 156/2009, 203
- 4.3 A problemática das instâncias recursais, 207

Considerações Finais, 211

Referências Bibliográficas, 219